

CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO

Sarney destaca "a prisão temporária para impedir que criminosos fujam"

O assunto de destaque no programa "Conversa ao Pé do Rádio", de sexta-feira passada, foi a fraude cambial, calculada em US\$ 360 milhões pela Receita Federal. A operação, acompanhada há vários meses pelo governo, consiste em simular importações através de documentos falsos e enviar divisas ao exterior sem que a mercadoria entre no País. O presidente José Sarney disse que, "diante de uma situação que tornava imperiosa e urgente uma ação do governo, sempre vigilante para evitar a impunidade em casos de corrupção", decidiu criar a prisão temporária, com a Medida Provisória nº 111, assinada pelo presidente na semana passada. Eis a íntegra do programa.

Quero começar falando da grave decisão que tomei no último fim de semana, assinando a Medida Provisória número 111, com força de lei, criando a prisão temporária para impedir que criminosos fujam e impeçam investigações necessárias à comprovação de seus crimes. O Ministério da Justiça encontrava-se diante de uma situação que tornava imperiosa e urgente uma ação nesse sentido e, como noticiaram os jornais e a televisão, o governo havia acabado de descobrir uma das maiores fraudes cambiais já praticadas no Brasil, compreendendo um rombo ao Tesouro Nacional da ordem de US\$ 360 milhões, e faltava-nos uma lei que permitisse à Justiça a prisão dos suspeitos. E como sempre, o governo está vigilante para evitar a impunidade em casos de corrupção.

A fraude consistiu em simular importações através de documentações falsificadas que levou ao fechamento de câmbio para pagamento, no exterior, do produto importado que nunca chegou ao País. Ao lado da prisão em flagrante e da prisão preventiva, que têm outros pressupostos e distintos fundamentos, a prisão temporária vem dotar a ordem pública brasileira de um instrumento efetivo no combate à criminalidade. É uma medida adotada em Portugal, na Espanha, na França, na Itália, nos Estados Unidos e em quase todos os países do mundo ocidental.

Antes que a Medida Provisória número 111 completasse uma semana de vigência, nós já assistimos a sua eficácia, pois um juiz do Rio de Janeiro baseou-se nela para decretar a prisão de um suspeito de assassinato em um rumoroso caso que traumatizou a vida carioca.

Volta o Ministério da Ciência e Tecnologia

Outra decisão que tomei nesta semana foi a volta do Ministério da Ciência e Tecnologia, que havia sido extinto em janeiro, entre as medidas de extremo sacrifício, indispensáveis à implantação do Plano Verão. Fui sensível aos apelos da comunidade científica e aos projetos de desenvolvimento tecnológico que necessitavam muito menos do prestígio, muito menos do 'status' ministerial que o setor não havia perdido, pois criei uma Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia na Presidência da República, com nível ministerial. Fiquei muito feliz por ter podido restabelecer o Ministério da Ciência e Tecnologia, que eu mesmo criei em 1985 e que prestou tão grandes e relevantes serviços à comunidade científica e ao desenvolvimento do Brasil.

Agora eu vou falar de outro assunto, que é o assunto da implantação da nova sistemática do Fundo de Garantia. Como todos sabem, esse fundo passou a ter a sua administração fiscalizada e orientada por um conselho

em que os trabalhadores terão voz e voto. A nova lei do Fundo de Garantia, resultado de uma medida provisória que remeti ao Congresso e que a colaboração dos deputados e senadores enriqueceu, vai agora tornar-se realidade. A regulamentação deverá ser anunciada nos próximos dias, embora muitos dos seus dispositivos sejam auto-aplicáveis e já estejam em vigor.

* 4 DEZ 1989

Eleições: a meta final da transição democrática

Finalmente eu quero falar das eleições, cuja campanha para o segundo turno completou esta semana e que tive a oportunidade de saudar através de um breve comunicado à Nação, em rede nacional de rádio e televisão. Todos sabem que as eleições diretas para presidente constituem a meta final da transição democrática brasileira que me coube realizar, e acompanho o processo eleitoral não apenas com a satisfação do dever cumprido, mas com o maior empenho para que tenhamos, durante o período eleitoral, tranquilidade e paz. Já atravessamos a primeira fase, em que a Nação ouviu a controvérsia contundente, as propostas de opção partidária.

Quando a nossa Constituição estabeleceu o segundo turno, ela visou que ninguém chegasse à Presidência da República sem a maioria absoluta. A vontade de todos os eleitores, portanto, agora, no segundo turno deve restringir-se à escolha entre dois nomes, e o preferias perá as suas idéias, programas e diretrizes aprovados pelo voto popular. Assim é uma eleição diferente esta que vamos ter, porque ela não é um julgamento, ela é, praticamente, uma escolha. O primeiro turno, como todos sabem, decorreu num clima de total liberdade, de grande festa cívica e de orgulho para todos nós. Assim, eu venho falar em nome do País para desejar que esse segundo turno se desenrole dentro de um clima de paz, de luta das idéias de programas, sem radicalismos e sem violência.

Nós todos sabemos que em política a palavra faz parte da ação. Portanto, a palavra deve ser utilizada para ajudar a escolha do povo e nunca para diminuir o debate. A campanha, quanto mais alta, mais dignificará o Brasil e o processo democrático, mais forte será a nossa democracia, maior será nosso avanço político. Vamos pedir que a campanha não ocorra com qualquer ato de violência, que o povo continue a agir como fez em 15 de novembro, sem nenhum incidente, defendendo seus candidatos e jamais usar a força para evitar a opinião de ninguém, saber conviver com a divergência, com o debate, com o diálogo, enfim, ser democrático.

Temos uma grande responsabilidade hoje, no Brasil. Nós somos a terceira democracia do mundo, tivemos a eleição mais livre de nossa história, com o País em paz, sem perseguição, sem medo, sem ódio nestes anos de transição. A Nação, portanto, espera a Nação e programas que possam criar soluções para os problemas, que eu confesso, apesar de todos os esforços, eu não pude superar. Que Deus, portanto, inspire os candidatos e o povo. Inspire os candidatos para elevar a nossa democracia, elevando a campanha, e dê ao nosso povo a necessária sabedoria para exercitar o maior de todos os seus direitos, que é a liberdade — a liberdade democrática que o cidadão mais uma vez vai exercer no dia 17 de dezembro, elegendo o futuro presidente da República. Como todos sabem, eu tenho tido uma posição de absoluta isenção e o meu candidato é o Brasil. Bom dia, muito obrigado e até a próxima semana.